

CULTURA DO TRABALHO COMO CULTURA DE CLASSE: ANOTAÇÕES PARA O ESTUDO E A FABRICAÇÃO DA HISTÓRIA DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

Muza Clara Chaves Velasques

No processo de elaboração dos objetivos deste texto, optei por construí-lo como um texto introdutório para auxiliar àqueles que estão iniciando suas pesquisas dedicadas à história dos trabalhadores e, em especial, aos que enfrentam a construção da história dos trabalhadores da saúde.¹ Proponho a aproximação dessas pesquisas a algumas importantes reflexões da história social

¹ O termo *trabalhadores da saúde* está sendo empregado aqui para designar os trabalhadores que estão na base do processo de produção ou das relações de trabalho hierarquizadas. Não estão em postos de gestão ou no topo das cadeias de comando. São aqueles que possuem na sua origem histórica uma relação com os trabalhos manuais, possuindo ou não instrução formal. Estão ligados às mais variadas atuações profissionais no extenso campo da saúde, não se definem pelo vínculo formal ou institucional de trabalho, podendo apresentar-se dentro de um quadro de precarização e informalidade do trabalho. Compartilham experiências comuns nos ambientes de trabalho e também muitas vezes fora deles. Seu cotidiano está recheado de dimensões espontâneas e fragmentárias de ações de luta e resistência. Para compreendermos essa configuração bastante variada de trabalhadores, escolhemos aproximá-los do conceito de “subalternos” em Gramsci, dessa forma indo além da leitura em que a definição dos trabalhadores enquanto classe é limitada à sua subordinação ao capital, dado que submetidos compulsoriamente a um processo de mercadorização da sua força de trabalho. Gramsci traz “uma possibilidade conceitual que respeite(a) as distinções no plano da consciência coletiva – e, por tanto, de seus projetos societários” (Mattos, 2014, p. 2017) para a análise da formação da classe trabalhadora. Para essa questão, ver Gramsci, 2002, p. 129-146

do trabalho, fornecendo, assim, subsídios aos estudantes-pesquisadores – e os não tão historiadores² – que pretendem se aventurar nesse campo.

Acredito que a ampliação das possibilidades para a fabricação da história da classe trabalhadora na saúde está no diálogo com o conceito de “cultura” desenvolvido pela tradição crítica ativa do materialismo histórico – nesse sentido, “cultura do trabalho” ou “cultura de classe” são termos que carregam importantes definições para a reflexão proposta visto que conseguem unir a dimensão da formação da classe social às experiências vividas coletivamente pelos trabalhadores. Esse diálogo tem como base as análises desenvolvidas pelo historiador Edward Palmer Thompson (1924-1993), seguindo-se aos novos enfrentamentos conceituais que os historiadores do trabalho oferecem a partir dos estudos do autor.³ Os termos *cultura* e *experiência*, que adquirem densidade teórica nos estudos de Thompson sobre a história dos trabalhadores da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, podem nos ajudar bastante. A partir deles, pretendo apontar caminhos possíveis para a elaboração de uma análise que responda às indagações primeiras para a construção da história dos trabalhadores da saúde, sejam elas o que seria uma cultura do trabalho na saúde ou, ainda, qual cultura do trabalho na saúde os trabalhadores herdaram e construíram para si. Refletir sobre essas questões exige que o leitor se deixe levar, em um primeiro momento, por caminhos necessários à compreensão de como os trabalhadores da saúde foram negligenciados continuamente pela história para, em seguida, enfrentarmos a questão de como podemos tornar as experiências históricas de vida e trabalho desses trabalhadores importantes ferramentas para a compreensão e elaboração de uma história da classe trabalhadora na saúde.

² Como professora e pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), procuro desenvolver na sala de aula reflexões sobre a história do trabalho com alunos de diferentes níveis (e saberes) de formação. Em uma ponta trabalho com alunos do curso de ensino médio integral de nível técnico, orientando monografias de final de curso e nas aulas de Introdução aos Estudos Politécnicos (IEP). Em outra ponta, oriento alunos de graduação de universidades mediante bolsa Pibic-Fiocruz/CNPq, além de dar aulas para alunos da Pós-graduação em Educação Profissional. Não necessariamente esses alunos possuem formação em história, mas é para eles, principalmente, que escrevo este texto, na ambição de despertar a curiosidade da pesquisa no campo da história social do trabalho e na produção de estudos sobre a história dos trabalhadores da saúde ou sobre o trabalho de forma mais geral (e que auxiliem seus trabalhos em outros campos de conhecimento).

³ Para um estudo mais aprofundado sobre E. P. Thompson e sua obra, ver Mattos, 2012; Palmer, 1994; e Muller e Duarte, 2012.

Proponho ainda um questionamento sobre o risco do esvaziamento dos conceitos de Thompson (antecedido de uma pequena biografia política do historiador) quando, ao serem usados, sua experiência na militância política e seu projeto de transformação social são postos de lado. O conceito de experiência só atinge profundidade teórica, por exemplo, quando pensado na sua relação com a consciência de classe na luta de classes.

Trabalhadores da saúde: a cegueira da história

Nas três últimas décadas, a história social do trabalho no Brasil alargou as fronteiras temporais de suas pesquisas, dinamizando o debate teórico em torno de algumas de suas principais coordenadas, com destaque para as discussões do conceito de classe, das formas de organização e de luta dos trabalhadores, indo além das organizações mais tradicionalmente estudadas, e, mais recentemente, avançando nas discussões das possibilidades de uma história global do trabalho (van der Linden, 2013). Também o diálogo e a utilização dos conceitos construídos por Thompson cresceram enormemente na produção da história do trabalho. Entretanto, por meio de balanços historiográficos recentes podemos observar que os estudos do trabalho pouco avançaram na ampliação da investigação sobre as diferentes categorias ou ocupações dos trabalhadores da nossa sociedade.⁴ Além disso, a história pouco ou nada produziu sobre os trabalhadores da saúde.⁵ Enfrentar a luta contra a “invisibilidade” dos trabalhadores da saúde na história do trabalho é somar a essa observação algumas incipientes análises.

Podemos afirmar que é no campo da sociologia do trabalho ou das profissões que reconhecemos uma produção voltada para a investigação do trabalhador da saúde na atualidade: suas trajetórias profissionais e formativas, a discussão

⁴ Para essa questão, sugerimos os balanços historiográficos a seguir, que definem de forma bastante clara as diferentes conjunturas e tendências da produção da história do trabalho: Lara, 1998; Chalhoub e Silva, 2009; Negro e Gomes, 2006; e Batalha, 2006.

⁵ Essa afirmação tem como base o levantamento realizado nos anais da Associação Nacional de História (Anpuh) a partir dos anos 1960; nas páginas na internet do I, II e III Seminário Internacional Mundos do Trabalho (2010, 2012, 2014, respectivamente) e nos números editados da revista *Mundos do Trabalho* (principal publicação do GT Mundos do Trabalho e que reúne os historiadores do trabalho da Anpuh), além dos balanços historiográficos já citados neste texto. Nesse levantamento não encontramos pesquisas sobre a história dos trabalhadores da saúde até o ano de 2012, quando o grupo de estudos de que participo na EPSJV deu início à participação nesses fóruns sistemáticos de apresentação ou publicação de *papers*.

sobre a saúde do trabalhador da saúde são temas que vêm se destacando nos estudos sociológicos. No que diz respeito à exploração nas relações de trabalho ou às formas de organização dos trabalhadores da saúde, tais como sindicatos e associações, dificilmente encontramos alguma pesquisa sobre esses trabalhadores.⁶ Na história social do trabalho não é diferente.

Os estudos sobre a história da saúde no Brasil foram construídos com base em investigações que sempre tiveram como central o discurso médico e científico por excelência, a história das instituições científicas, as análises das práticas médicas acompanhadas na relação com os saberes científicos, as propostas de ordenação da saúde na relação com os projetos de construção da nação ou por uma história das políticas públicas da saúde no Brasil.

No campo da educação profissional em saúde, os estudos que analisaram a história da formação dos trabalhadores mediante uma cronologia que tratou de organizar os programas de formação profissional instituídos por decretos e leis dos governos definiram, até hoje, os marcos de análise sobre os trabalhadores da saúde, nos quais o Estado aparece como sujeito central. Essa “lógica” não foi diferente em uma literatura especializada surgida a partir dos anos 1980 e que possui como base teórica da sua análise um viés crítico sobre o conceito de *trabalho*, *trabalhador técnico* e *politecnia* a partir de Marx e Gramsci. Também essa literatura, mesmo quando não teve como preocupação central a construção da história do trabalhador, mas sim a discussão da sua formação para o trabalho, acabou por reproduzir a ausência da centralidade do trabalhador da saúde na construção da sua história.⁷

Ao olharmos a força que algumas conjunturas históricas adquiriram, tornando-se centrais nas construções dos registros e análises históricas, percebemos o quanto acabaram por determinar a presença de certa “memória do esquecimento”

⁶ O Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (Lateps) da EPSJV/Fiocruz tem produzido importantes trabalhos no campo da sociologia do trabalho e das profissões (ver Morosini, 2013).

⁷ Essa produção também se manteve presa ao campo das representações que elegeram os marcos institucionais – destacando os programas de formação do governo, iniciado com o projeto Larga Escala e continuado com uma sucessão de programas governamentais, tais como o de Profissionalização de Auxiliares de Enfermagem (Profae), o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) etc. – para contar as disputas e conflitos no campo da formação profissional na saúde e uma história dos trabalhadores técnicos. Entretanto, devemos destacar a tese de Lima, 2010, e os trabalhos Morosini, 2010; Ramos, 2010; e Vieira, Durão e Lopes, 2011.

no que diz respeito à atuação dos trabalhadores. Esse é o caso, por exemplo, quando lembramos do período de redemocratização do país nos anos 1980, momento em que a saúde tornou-se importante pauta de luta da sociedade civil e dos movimentos organizados dos trabalhadores. No período imediatamente após o fim da ditadura civil-militar, o debate central da saúde deu-se a partir do movimento da Reforma Sanitária em fins dos anos 1970 (Falleiros e Lima, 2010 p.239-246). A Reforma Sanitária, que politiza a questão da saúde e a necessária construção de um sistema único de saúde, revela a importância da democratização da saúde, do Estado e da sociedade na construção de uma saúde para todos. Na representação dessa luta histórica, destaca-se a grande participação de lideranças ligadas à área médica e da saúde coletiva, e das entidades que as representavam, porém pouco ou nenhum destaque se deu para a participação dos sindicatos e associações dos trabalhadores da saúde (ver Escorel, 2009; Paim, 2009; e Lima, 2005).

Por fim, a ausência de obras de referência, que poderiam contribuir como incentivo para as pesquisas sobre o tema, acaba por reforçar um contínuo desconhecimento das possibilidades das fontes para a pesquisa, dificultando ainda mais a investigação das diferentes categorias de trabalhadores da saúde. Como desdobramento disso, a luta dos trabalhadores técnicos da saúde, na busca por reconhecimento de suas profissões, não pode contar com uma história que lhes confere identidade e memória. Diante da situação apresentada, como mudá-la?

A seguir apresentamos a trajetória de Thompson, destacando de seu perfil biográfico algo que podemos chamar de um “historiador em combate”. A sua militância política não pode ser distanciada da sua luta no combate ao que ele denominou de a “miséria da teoria”, ou seja, o esquematismo dogmático calcado em esquemas que esvaziavam por completo a existência da própria história, negando, dessa forma, a ação humana. Ao tomar como ponta de sua lança a importância da consciência e da experiência humanas nos processos históricos, Thompson constrói as bases para a compreensão da formação da classe e da consciência de classe. Para nós, encontra-se aí uma das chaves de leitura para a compreensão do que chamamos de cultura do trabalho. Valor, moral, costume, assim como as ações de luta e resistência compunham um quadro de experiências coletivas, dotadas do significado de cultura, que possibilitava o fazer-se da classe trabalhadora.

Contra a “invisibilidade”: cultura do trabalho como cultura de classe

Muito se tem escrito sobre a obra de Thompson. Diferentes gerações de pesquisadores, tanto na história quanto na educação, na antropologia e na sociologia⁸ promoveram para um público acadêmico cada vez maior, por meio das suas teses e dissertações, os usos do autor. Grande parte dos seus estudos vem sendo traduzida no Brasil desde os anos 1980. Além disso, livros e revistas acadêmicas que comemoraram os cinquenta anos de publicação de *A formação da classe operária inglesa* (1963)⁹ fizeram avançar bastante os estudos sobre o historiador e sua obra. Se por um lado esse movimento levou pesquisadores de diversas áreas ao emprego de seus conceitos e à aproximação da dinâmica da sua pesquisa empírica, fomentando os estudos sobre a história dos trabalhadores, por outro lado vimos um corrente perigo de empobrecimento na utilização desses mesmos conceitos, muitas vezes esvaziados do sentido dado por Thompson. A decorrência disso pode ser a desvinculação dos conceitos do autor em relação à sua base teórica, levando a uma fragmentação conceitual e ao ecletismo nas análises. Para que possamos estar atentos a isso, proponho neste momento que resgatemos a sua *experiência* política (e aqui fazendo uso do seu próprio conceito), a partir da apresentação de uma pequena parte de sua trajetória (até os anos 1970), reforçando a leitura de que a sua experiência militante na esquerda britânica fundamentou a sua concepção sobre a dimensão material da cultura e da consciência da classe trabalhadora da forma como essas se apresentam na sua obra. Além disso, a importância da sua voz crítica tanto na produção da história quanto na arena política mais direta foram fundamentais para o marxismo da segunda metade do século XX.

A experiência de Thompson na luta direta contra o fascismo durante a Segunda Guerra Mundial, quando serviu como comandante de tropa de tanque na Itália e na França, a morte prematura de seu irmão, em 1944, numa Bulgária

⁸ Com destaque para o antropólogo José Sergio Leite Lopes e os sociólogos do trabalho José Ricardo Ramalho e Elina Peçanha, que iniciaram suas pesquisas no diálogo com a obra de Thompson a partir de fins dos anos 1970.

⁹ Em homenagem aos 50 anos da publicação do livro *The Making of the English Working Class* (1963), algumas das principais revistas acadêmicas na discussão do campo da história do trabalho, além de outras áreas de conhecimento, como, por exemplo, a Educação, publicaram edições especiais e dossiês sobre a obra de Thompson. Destacamos algumas: *Mundos do Trabalho* (vol. 5, n.10, 2013); *História e Perspectiva* (número especial, 2014); *Trabalho Necessário* (ano 12, n. 18 – 2013) . No Brasil *A Formação da Classe Operária Inglesa* foi lançado em 3 volumes a partir de 1987 pela editora Paz e Terra.

ocupada pelo fascismo, e a sua entrada no partido comunista na década de 1940 reforçam a expressão da sua luta pelo socialismo e pela democracia na Europa oriental (Matthews, 2014, p. 118). Segundo o historiador Dennis Dworkin: “As impressões mais fortes de Thompson sobre seus anos no exército foram o espírito antifascista dos homens, sua adesão aos princípios socialistas e democráticos, e ao seu anti-imperialismo resoluto” (2014, p. 91-94).

Fazendo parte da juventude britânica que lutava na Frente Popular Antifascista, em 1947 volta a liderar um grupo de jovens que partiam para a construção de “uma ferrovia de cento e cinquenta milhas ligando Samac, na Eslovênia, a Sarajevo. Para Thompson, a ferrovia significava um novo espírito socialista e nacionalista, uma superação do movimento partidário e uma derrota do fascismo”, colaborando, assim, com a juventude popular da Iugoslávia. Sua participação na construção da ferrovia proporcionou-lhe um maior e mais profundo crescimento político. Essa experiência não só lhe traria a certeza de que “todo homem comum tem de ser dono, em seu próprio país, de suas fontes de riqueza e de seus meios de produção”, mas também, principalmente, o convencimento de que o homem “dentro do contexto de certas instituições e cultura pode conceber em termos de ‘nosso’ em vez de ‘meu’ ou ‘deles’”. Essas experiências serviram para que o historiador mantivesse sua crença no socialismo. Em fins da década de 1970, ao refletir sobre o mundo, identificou a responsabilidade da Guerra Fria no declínio do movimento socialista, percebendo, ao mesmo tempo, que qualquer renovação da esquerda deveria “ir além destas duas polaridades enrijecidas” (Dworkin, 2014, p. 94).

Sua atuação no conjunto das novidades que sacudiram a esquerda comunista inglesa durante a segunda metade do século XX foi determinante para um novo quadro político e intelectual do país. Como ativo militante do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) e como uma das principais vozes que se contrapunha às ideias e práticas reinantes em um partido alinhado com as diretrizes do partido comunista soviético, colaborou energicamente para o avanço das principais críticas que já vinham sendo realizadas no interior do partido desde meados dos anos 1940. Na década seguinte, integrava o que nomeava como uma corrente de “revisionismo prematuro” no interior do PCGB. E é exatamente essa militância que, segundo ele, “o empurraria através das lutas políticas da década de 1950 e para ‘outro lado’ – não do lado do ‘deus que falhou’, mas para o lado de uma crítica socialista-humanista do comunismo” (Matthews, 2014, p. 122).

Em 1956, depois de Nikita Khrushchov admitir os crimes cometidos pelo Estado soviético durante o período stalinista e após a invasão da Hungria, Thompson, que se destacava como a voz mais crítica dentro do PCGB, retirou-se do partido. Com Dorothy Thompson e John Saville (historiador do trabalho), fundou a revista *The Reasoner*, periódico comunista que abrigou os intelectuais marxistas que, como ele, tinham deixado o PCGB. Para Thompson, a revista representava o espaço do confronto dialético das opiniões contrárias, fundamental para a liberdade. Em suas páginas, o fôlego da retomada do pensamento de Marx e Engels e o “autêntico espírito do comunismo” (Matthews, 2014, p. 129).

É no contexto dessas ações que a nova esquerda surgiu como um outro espaço político e uma alternativa à forma como o comunismo vinha se apresentando no mundo, estendendo suas críticas também à socialdemocracia. O grupo era formado pelos ex-comunistas ligados à *The Reasoner*, por jovens universitários e por trabalhistas. Junto com o grupo, dá-se o nascimento da *New Left Review* (NLR), que passou a ser o fórum responsável por concentrar as discussões políticas de crítica ao marxismo ortodoxo e o espaço por excelência dos historiadores de esquerda que naquele momento construía o campo da história social do trabalho na Inglaterra, transformando, inclusive, a produção marxista da história (Dworkin, 2014, p. 95-96). Apesar de nunca terem criado uma organização mais permanente, surgia naquele momento um espaço político para a esquerda, no qual floresceram importantes pesquisas sobre a cultura e a história inglesas (estudos radicais), além das grandes polêmicas críticas protagonizadas por Thompson.

Para Dworkin, o ponto de partida da crítica realizada pela NLR era a crítica ao stalinismo tão distante da realidade social e calçado em abstrações. Na contra-mão do stalinismo Thompson defendia um humanismo socialista “uma filosofia política que combinava uma preocupação com o indivíduo e a meta igualitária e comunitária de uma sociedade socialista.”

O humanismo socialista superava as abstrações stalinistas, tais como o partido, a ideia dos “dois campos” e a vanguarda da classe trabalhadora. Com uma proposição de lidar com “pessoas concretas” e com o potencial revolucionário de “homens e mulheres reais”, Thompson ressaltou igualmente o “socialismo” e o “humanismo”. Para ele, a falência intelectual do stalinismo estava enraizada em seu economicismo: a tentativa de ver as dimensões política, moral e artística da sociedade em termos das estruturas da economia e das classes sociais. Em oposição a este determinismo grosseiro,

Thompson reafirmou o papel central da ação humana na história. Adaptando as famosas palavras de Marx no *18 brumário*, ele escreveu: “os homens fazem sua própria história, em parte como sujeitos em parte como vítimas; este é o elemento que os distingue dos animais; é isto que os torna humanos”. (Dworkin, 2014, p. 96-97)

Nesse momento, trava importante discussão com aqueles que se constituíam como grandes teóricos da cultura na Inglaterra. Esteve próximo aos teóricos da cultura Stuart Hall e Raymond Williams – contudo, sem tornar-se um culturalista –, fortalecendo a leitura do marxismo cultural britânico que afirmava o “papel constitutivo da dimensão cultural no contexto das relações sociais materiais e que insistia sobre a centralidade da ação humana no fazer da história” (Dworkin, 2014, p. 97).

Thompson renovou a história marxista inglesa e mundial a partir de um olhar que recuperou “a agitação das classes tal qual os trabalhadores a viam”, revelando as ideias, as falas, as ações dos trabalhadores no sentido de perceber como mulheres e homens comuns vivem a sua própria história (Thompson, 1987, p. 12). Isto significa que *A formação da classe operária inglesa* combateu a leitura corrente de que o movimento da classe operária inglesa só possuía significado na sua agitação quando promovia o movimento trabalhista. A crítica a esta visão teleológica não foi a única apresentada pelo autor

A dimensão menos conhecida de *A formação da classe operária inglesa* foi sua relação com o debate contemporâneo sobre a classe trabalhadora. Neste ponto, Thompson estava respondendo aos revisionistas do Partido Trabalhista para quem as mudanças do pós-guerra implicaram na erosão da consciência da classe trabalhadora ou no fim da sociedade de classes. Thompson reconheceu as consequências de longo alcance dessas transformações e que estas envolviam a vida da classe trabalhadora, mas ele rejeitou a afirmação de que essas mudanças significavam o fim da consciência de classe e do socialismo. Um segundo oponente intelectual que o livro toma como objeto é o marxismo ortodoxo, cuja ideia principal, retratada por Thompson, iguala a classe trabalhadora com as relações de produção nas quais estava envolvida. Thompson reconheceu ainda que a classe se baseava em relações de exploração na produção. Entretanto, sua ênfase recaía sobre a consciência da classe: como estas relações “eram manuseadas em termos culturais, incorporadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. A experiência dessas relações podia ser determinada, mas não a forma com que os trabalhadores lidavam culturalmente com elas. A classe era

um processo, uma relação social. Para Thompson, as classes, enquanto relação com as outras, mudavam ao longo do tempo e na sua relação com as outras classes: elas eram o resultado, e não a causa da luta de classes. (Dworkin, 2014, p. 98)

A trajetória de vida de E. P. Thompson apresentada até aqui foi acompanhada por outra fundamental experiência constitutiva das suas formulações teóricas e da sua produção da história: como tutor de adultos trabalhadores, durante mais de uma década – o livro *A formação...* foi escrito para seus alunos trabalhadores e sindicalistas em decorrência dos cursos que ministrava para as turmas da Workers' Educational Association (WEA – Associação Educacional dos Trabalhadores) nos cursos de extensão universitária –, deu sentido ao seu trabalho promovendo o “nível de consciência dos trabalhadores” e formando “socialistas e revolucionários” (Mattos, Rezende, 2013). Na verdade, a sala de aula de Thompson ultrapassou, em muito, o significado de simplesmente “criar revolucionários”. Nunca simplesmente criar revolucionários seria a melhor tradução para o seu trabalho (Matthews, 2014, p.123). A atuação como educador foi fundamental para a formulação de um esquema conceitual que daria conta da compreensão da dinâmica da classe trabalhadora (Thompson, 2002. p. 11- 47). No ensino ele pôde estar em contato com a diversidade da história de vida dos trabalhadores e perceber que os valores apreendidos por seus alunos vinham da experiência coletiva e individual experimentada por eles e não de um conhecimento abstrato e distante (Matthews, 2014, p. 124). Para Thompson, os seres humanos não eram prisioneiros de suas ideologias, pois era por meio de suas experiências cotidianas que “estrutura e ação se confrontavam, fazendo-os produtores e não vítimas do processo histórico” (Dworkin, 2014, p.109).¹⁰

Thompson era o grande defensor do marxismo e do humanismo socialista no interior da nova esquerda no início dos anos 1960. Defendendo que as classes eram formações históricas e culturais, um produto da ação humana, polemizou com aqueles que para ele estavam apenas olhando para o poder do Estado e que deixavam de lado o “padrão de vida, os sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempos irresgatáveis” (Dworkin, 2014, p. 86). Seu livro *Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* foi um ataque direto ao estruturalismo do filósofo francês Louis Althusser. Para

¹⁰ Para tal discussão, ver o próprio Thompson em *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, 1978: introdução, p. 14-17, e o capítulo “Experiência, um termo ausente”.

Thompson, Althusser se recusava a reconhecer a participação da consciência, da experiência e da ação humana nos desfechos históricos, negando aquilo que Thompson acreditava ser a base para a compreensão social, a experiência. Daí entendermos a importância das experiências de vida cotidiana dos trabalhadores em suas análises (pessoas comuns fazendo a sua própria história...). Estaria aí localizada a “celebração da agência humana” (Dworkin, 2014, p. 103) e a “sua convicção de que os atores humanos poderiam superar as limitações estruturais e tornarem-se sujeitos de sua própria história” (idem).

Durante toda a sua vida, Thompson não abandonou a perspectiva da transformação social. Seus escritos, ao revelarem o resgate do materialismo histórico na perspectiva clássica de Marx, reafirmam a leitura da determinação do ser social sobre a consciência, dando sentido à dimensão cultural na relação com o modo de produção e quebrando, assim, não só os esquemas estruturalistas que solidificaram durante muito tempo um marxismo dogmático e determinista, mas também uma história econômica de cunho liberal que explicava o papel do homem a partir das relações com o mercado.

Logo, em suas frentes de combate, Thompson tratou de reafirmar a associação entre cultura e classe (na luta de classes). Estudando a complexa relação entre a determinação das relações sociais de produção e a dimensão cultural da consciência de classe, motor para a mudança e transformação social, Thompson desenvolveu o conceito de experiência (talvez o seu conceito mais conhecido e mais utilizado). Ao trazer o conceito de *experiência* para a compreensão da dinâmica social, encontrou nele a possibilidade de entender as mediações que estabeleciam uma relação direta entre a consciência e a ação coletiva da classe. Thompson trouxe assim a investigação histórica para dentro da classe (Mattos, 2014).

“Caminhos de enxergar”: por uma história da classe trabalhadora da saúde

Na seção anterior, optamos por apresentar o conceito de experiência em Thompson a par e passo a sua trajetória de vida. Essa escolha não é fortuita, ela obedece a uma lógica que o texto vem construindo no sentido da não dissociação dos conceitos de E. P. Thompson da sua experiência política e da sua crença na possibilidade de compreensão da sociedade por meio dos conceitos de classe e luta de classe, resgatados na sua origem marxiana.

Para a construção da discussão de um caminho de pesquisa sobre a história dos trabalhadores da saúde fundado na história social do trabalho, apresentamos a partir de agora algumas questões sobre a produção da história do trabalho no Brasil na sua relação com a obra de Thompson.

Ao construir um mapeamento dos estudos voltados para a investigação da vida operária no Brasil, a historiadora Isabel Bilhão (2010)¹¹ observou que, a partir dos anos 1980, houve um abandono crescente de análises nas quais a história do movimento operário organizado figurava como única, em detrimento de um olhar mais abrangente sobre as condições de existência cotidiana do operariado. O olhar sobre o(s) mundo(s) do trabalho no Brasil mudou qualitativamente. Nesse sentido, segundo a autora, a produção da história sobre os trabalhadores

[...] vem demonstrando a necessidade de se pensar as vivências operárias com base não apenas no *locus* de produção, mas também em seus ambientes de moradia e de sociabilidade. Além disso, esses estudos apontam que é necessário trabalhar com noções como as de cultura, de tradição, de costumes e de comunidade, procurando verificar o processo de construção identitária tanto através da superação de uma visão determinista das estruturas sociais em relação aos grupos e indivíduos quanto por meio de uma abordagem que privilegie a interação entre os sujeitos sociais que contracenam e negociam, diariamente, com outros indivíduos e grupos dentro da sociedade na qual estão inseridos, entrecruzando, assim, os olhares de diferentes áreas de conhecimento. (Bilhão, 2010, p. 219)

Para a historiadora é inegável que essa mudança de perspectiva da análise e da ação do trabalho empírico dos historiadores está relacionada diretamente com as análises de E. P. Thompson. Novos problemas são postos aos historiadores do trabalho no Brasil. Um deles, segundo a historiadora, está na questão da “construção identitária” dos trabalhadores, ou seja, na dinâmica do “fazer-se” da classe, em que se estabelecem “critérios de estratégias de reconhecimento e distinção”. Logo, a construção da consciência de classe, de pertencimento a uma classe, “é indissociável da percepção identitária que os operários constroem entre si em relação a outras classes sociais” (Bilhão, 2010, p. 220).

Longe de tentarmos fazer aqui um novo balanço historiográfico, pretendo, a partir dos destaques dados por Isabel Bilhão no conjunto da produção da história

¹¹ Cabe citar que, em recente texto, o historiador Antonio Luigi Negro (2014, p.151- 161) discutiu a recepção e os usos de Thompson no Brasil a partir de fins dos anos 1970.

do trabalho por ela revisitada, apresentar alguns caminhos possíveis para enfrentarmos a fabricação da história dos trabalhadores da saúde e da cultura de classe.

Sabemos que as transformações na organização do trabalho, que alteram, muitas vezes, uma lógica instituída dos processos de dominação e exploração, devem ser vistas para além das práticas institucionais, levando a atenção para a ampliação dos lugares onde a classe se constitui. Para os historiadores do trabalho esta ampliação espacial incluiu, a partir dos anos de 1980, “as novas formas de sociabilidades percebidas nas ruas da cidade e nos lares operários” (Bilhão, 2010 p. 224), o que possibilitou muito mais do que novos recortes espaciais, mas a possibilidade da captura das relações cotidianas de trabalho e de vida.

A análise da *experiência* da classe trabalhadora necessita de um olhar que possa estar diante tanto dos “elementos sociais e culturais desagregadores” quanto das estratégias de “atenuação dos conflitos”. A busca dos trabalhadores, por exemplo, por cidadania e direitos, realizada por meio de diferentes experiências, pode servir como exemplo.

A identidade dos trabalhadores deve ser lida como uma construção que se dá na disputa, como a busca de valorização social partindo dos próprios trabalhadores, ou ainda como uma estratégia de luta dos trabalhadores, muitas vezes reforçando tradições e princípios morais ligados a uma ética do trabalho que, em diferentes situações, pode vir a ser um fator de legitimação social em uma sociedade excludente. Além disso, deve-se ressaltar:

É nesse âmbito de discussões que os estudos da construção da identidade operária têm encontrado terreno fértil para ampliar e para aprofundar suas análises, priorizando as noções de experiência identitária e a percepção de que a identidade operária é construída e se constrói de forma inter-relacional com outras identidades coletivas, tanto por meio de peculiaridades locais quanto macroinfluências. (Bilhão, 2010, p. 229)

Para que não se perca a força das análises que partem de Thompson, posso observar que é fundamental que o termo “identidade”, tão comumente utilizado nas investigações atuais, deve estar referenciado à sua relação com a classe e à consciência de classe.

Como exercício da pesquisa histórica para as questões aqui colocadas, trago agora apontamentos para a análise dos trabalhadores do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) na primeira metade do século XX. Observando as mudanças fortemente

aceleradas dos processos produtivos do IOC¹² entre as décadas de 1920 e 1950 podemos realizar algumas considerações. Com a introdução de uma nova organização do trabalho, quando um novo tipo de saber e cultura do trabalho passaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores e as antigas relações que produziram um saber e um cotidiano de trabalho no qual o “técnico de laboratório” mantinha suas tradicionais características de um faz-tudo dentro de uma realidade local, familiar e “natural”, vemos a paulatina substituição por uma lógica voltada à formalização, ao controle, à produção e à formação especializada, advinda das novas perspectivas para o espaço de Manguinhos, como espaço de produção que deveria corresponder às mudanças de diretrizes impostas pelo Estado no que diz respeito à saúde.

As mudanças de atividades no trabalho nas primeiras décadas do século XX ocorriam, principalmente, por causa da necessidade de ampliação dos quadros de trabalhadores que manuseavam os equipamentos dos laboratórios, gerando uma movimentação constante entre trabalhadores e suas várias funções. Em uma diversidade de tarefas e funções, como se constituía a identidade de classe para esses trabalhadores? Na trajetória que levava o trabalhador do IOC a passear por tantas funções e profissões, boa parte deles não podia dizer, durante muito tempo, “eu sou isso”: “eu sou um prático de laboratório”, “sou um desenhista”, “um servente”. Muitas vezes esse trabalhador podia, ainda, ser surpreendido pela extinção da sua função, reflexo da ordenação do Estado em torno das coisas da saúde. A identidade dos trabalhadores de Manguinhos também não era dada pela formação profissional formal, porque majoritariamente esses trabalhadores aprendiam o seu ofício no cotidiano de seu trabalho (Benchimol, 1989, p. 31). Talvez devêssemos buscar em algumas “ausências” a construção de suas identidades: boa parte dos trabalhadores das três primeiras décadas do século XX não possuía nenhum nível de escolarização ou possuía apenas o primeiro nível, completo ou incompleto.

A complexa rotina dos laboratórios de Manguinhos dependia, em larga medida, do concurso de uma categoria muito especial de funcionários, os auxiliares de laboratório, em sua maioria recrutados pelos cientistas entre os serventes que trabalhavam nas oficinas. Na verdade, o quadro funcional do Instituto não contemplava ainda a figura do auxiliar ou técnico de laboratório –

¹² Tenho investigado as mudanças nas relações de trabalho dos trabalhadores do IOC durante as décadas de 1930 a 1950. As observações trazidas para este texto são básicas e iniciais.

como “técnicos” eram designados os cientistas, e como subalternos, mais precisamente como serventes, seus auxiliares. Contudo, para estes funcionários ingressar no laboratório significava galgar um patamar privilegiado nas relações de hierarquia funcional e enveredar por um novo universo de experiência de vida e de trabalho. (Benchimol, 1989, p. 23)

Trabalhar no Instituto de Manguinhos para os trabalhadores *subalternos* significava a conquista de um trabalho ao lado de casa, o que facilitava a vida de qualquer um, que não precisaria mais sofrer as dificuldades de locomoção para uma região de mangues e a quase escassez dos trens. Ocupando parte do morro do Amorim, o IOC foi local de moradia de uma população pobre que vinha sendo expulsa do centro da cidade do Rio de Janeiro e que, por outra parte, era atraída pelas proximidades com o instituto e a possibilidade de trabalho. Nas primeiras décadas de existência do instituto, muitos trabalhadores eram recrutados no morro, e aqueles que trabalhadores que vinham de longe, em alguns casos, recebiam permissão para a construção de moradia no terreno do IOC. Trabalhar e viver nas redondezas do instituto, isso com certeza forjava a identidade desses trabalhadores.

Em 1937, foi inaugurado o prédio do Laboratório de Histopatologia de Febre Amarela em Manguinhos. Nele se fazia todo o trabalho de pesquisa, diagnóstico e produção de vacina contra a febre amarela. Pouco tempo depois, todas as atividades de pesquisa da Fundação Rockefeller foram transferidas para o novo prédio. A aproximação da Fundação Rockefeller no processo de expansão do discurso e práticas das políticas de saneamento para a América Latina alargou, pelas vias do discurso da saúde, o domínio estadunidense sobre o continente, fortalecendo as novas formas de exploração do trabalho no mundo capitalista. Podemos afirmar que não só os financiamentos das pesquisas científicas tomaram impulso, mas os próprios processos de trabalho nesse campo, e no campo da saúde propriamente dita, sofreram transformações consideráveis. Podemos observar isso nas relações de trabalho dos trabalhadores subalternos do IOC quando comparados com os contratados pela Fundação Rockefeller no *campus* de Manguinhos, contrastando, dessa forma, dramaticamente com as antigas relações e experiências de trabalho dos trabalhadores manuais do IOC. A novidade da individualização nas tarefas e a hierarquização das funções dão o tom dessas mudanças. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, o trabalhador de múltiplas habilidades vai “desaparecendo” de Manguinhos. Brincando com as imagens,

o “Muro de Manguinhos” (construído para cercar o IOC e definir os seus limites) o expulsa de seu território. De outro lado, aproximando-se dessa nova “racionalidade” no trabalho, as políticas de formação profissional implantadas pelo Estado brasileiro subtraíram do trabalhador muitas das suas habilidades manuais e os saberes de seus diferentes ofícios.

A experiência dos trabalhadores do IOC pode ser revelada em parte nas falas dos seus trabalhadores. Nos depoimentos colhidos por historiadores da Casa de Oswaldo Cruz (COC) em fins dos anos 1980,¹³ podemos perceber algumas das questões que os levavam à construção de um processo de consciência de classe ou de construção de uma identidade mais coletiva em oposição àquela presente numa hierarquia de comando traduzida pelos cientistas IOC.

A distância entre os cientistas de Manguinhos e os trabalhadores subalternos do IOC fica evidente na fala de alguns dos trabalhadores das primeiras décadas do século XX: a identificação da hierarquia e da exclusão do convívio com os cientistas construía para aqueles trabalhadores uma forte noção do lugar de exclusão social que cotidianamente experimentavam. Por exemplo, responder a um chamado dos médicos de “cabeça erguida” era um privilégio que apenas os auxiliares podiam ter (Benchimol, 1989, p. 23). Outros trabalhadores identificavam na cor do avental que usavam diariamente as marcas da exclusão. “O indivíduo que tinha um avental pardinho era servente. Depois, quando ia subindo de posição, passava a usar um avental branco”¹⁴(Benchimol, 1989, p. 23).

A geografia dos ambientes também foi percebida pelos depoentes como espaço hierarquicamente dividido. Alguns desses espaços não continham apenas as diferenças e tensões entre subalternos e “os de cima”,¹⁵ mas acabaram agregando

¹³ Devemos destacar o trabalho realizado pela Casa de Oswaldo Cruz que construiu, por meio dos seus programas de história oral, um acervo de depoimentos dos trabalhadores de Manguinhos, possibilitando o acesso a diferentes trajetórias de vida e de trabalho. No acervo, encontramos depoimentos concedidos, por exemplo, por antigos auxiliares de laboratório e operários do IOC. No entanto, as pesquisas desenvolvidas com base nessa documentação oral priorizaram, majoritariamente, a fabricação de uma história institucional ou da ciência. Foi o historiador Jaime Benchimol que, ao produzir uma história de Manguinhos, trouxe à tona a fala dos trabalhadores subalternos. Sobre isso ver Benchimol, Jaime Larry (1989).

¹⁴ Depoimento de Atilio Borrielo, concedido para a equipe de historiadores da Casa de Oswaldo Cruz/COC. Atilio Borrielo ingressou no Instituto (IOC) pela tipografia, em maio de 1921, aos 15 anos de idade. Mais tarde foi designado para o almoxarife, até se tornar auxiliar de laboratório de protozoologia em 1926.

¹⁵ “Os de cima” é um termo oposto ao utilizado por Thompson em alguns de seus escritos: “os de baixo”. Para maior aprofundamento sobre os termos, ver Thompson, 2001.

valores que refletiam exatamente o que podemos chamar do “fazer-se da classe”. Em alguns momentos, esses trabalhadores se encontravam na fronteira entre as classes: “Tinha o refeitório dos humildes e tinha o caramanchão. Eu saí daqui comendo no caramanchão. Era uma vaidade tola, mas a gente se sentia bem”¹⁶ (Benchimol, 1989, p. 23).

Alguns trabalhadores subalternos não estavam a todo o momento em oposição aos cientistas. Existem relatos que afirmam certa confiança mútua entre eles. Essa situação podia se materializar na tarefa que o auxiliar assumia de ir buscar os vencimentos dos cientistas. O trabalhador auxiliar tornava-se então o “procurador” de fulano. Porém, para adquirir essa confiança mútua, era necessário não pertencer às esferas mais baixas dos postos de trabalho. Nesse sentido, ressalto a importância da utilização do conceito gramsciano de “subalternos” para que possamos mergulhar mais profundamente na investigação dos diferentes grupos de trabalhadores em determinados contextos da saúde (Benchimol, 1989, p. 23-24).

Ao mesmo tempo em que observamos fatores de aproximação entre os trabalhadores do IOC, podemos notar a dificuldade de construção identitária entre aqueles que estavam fora e aqueles que estavam dentro da Fundação Rockefeller, por exemplo. Os trabalhadores do IOC continuavam realizando tarefas múltiplas a partir das múltiplas funções que ocupavam simultaneamente, que poderiam variar entre a limpeza dos pisos e o manuseio de uma lâmina de laboratório. O trabalhador Venancinho destacou em seu depoimento: “O auxiliar de laboratório da Rockefeller tinha um uniforme todo branco, sapato de borracha [...]. Deu para sentir que o povo lá tinha mais gabarito. [...] Porque lá o afiador de navalhas para a área de cortes só fazia isso”. Essa diferenciação entre os grupos de trabalhadores acabava por gerar forte oposição entre eles. De um lado os trabalhadores do IOC e de outro, os trabalhadores da Fundação Rockefeller (Benchimol, 1989, p.27). No tensionamento entre esses dois grupos de trabalhadores, podemos perceber a construção no interior dos grupos de identidades que ultrapassam uma explicação mais simplista, associada à exploração do trabalho.

¹⁶ Depoimento de Atillio Borrielo.

Considerações finais

Nessa última parte do texto procurei indicar algumas possibilidades para a construção de caminhos da investigação sobre a cultura do trabalhador da saúde na relação com a construção de uma cultura de classe por meio da experiência coletiva dos trabalhadores. Trazendo um exemplo de estudo particular, localizado em uma conjuntura de transformações aceleradas nas relações de trabalho, acredito que seja possível perceber de forma mais clara como as experiências dos trabalhadores do IOC puderam em alguns momentos criar identidades coletivas no sentido de apontar para a construção da classe. Preciso deixar claro que, ao trazer este estudo de caso, não tive pretensão alguma de construir generalizações sobre os processos de trabalho na saúde ou os trabalhadores nela inseridos. Apenas quis apresentar as possibilidades de construção da história dos trabalhadores da saúde com base nas discussões levantadas pela história social do trabalho.

Como conclusão, acredito que algumas vias para o diálogo da pesquisa (em um vasto universo ainda não descortinado) na história dos trabalhadores da saúde, mesmo que timidamente, tenham sido abertas. Espero que este trabalho venha a servir para divulgar a produção realizada no Brasil sobre a história do trabalho, e que muito pode contribuir para os estudos dos trabalhadores da saúde nas diversas áreas de conhecimento.

Por fim, faço aqui uma consideração mais geral no sentido de lembrar a importância da construção dessa história do trabalho como uma história em combate, e aí, lembro de outro combatente, Walter Benjamin (dizem, o filósofo dos historiadores), que na Alemanha nazista também lutava contra o fascismo e a ortodoxia, resgatando Marx e a possibilidade de se contar uma outra história.

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (Benjamin, 1985, p. 225)

Fica aqui o convite.

Referências bibliográficas

BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23-24, p. 87-104, jan.-dez. 2006.

BENCHIMOL, Jaime. Retratos do cotidiano em Manguinhos. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.19-31, nov. 1989.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. Walter Benjamin: obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 222-232.

BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira. *Mundos do Trabalho*, revista da Univesidade Federal de Santa Catarina, v. 2, n. 4, p. 218-234, ago.- dez. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2010v2n4p218>>.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 16, p. 11-50, 2009.

DWORKIN, Dennis. E. P. Thompson: historiador militante, militante historiador. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 1, p. 91-113, jan.-jun. 2014.

ESCOREL, Sara. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009

FALLEIROS, Ialê; LIMA, Júlio César França. Saúde como direito de todos e dever do Estado. In: PONTE, Carlos Fidélis; FALLEIROS, Ialê. *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz–COC, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 25 (1934): Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos). In: _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5: *O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália, p. 129-146.

LARA, Sílvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 25-38, 1998.

LIMA, Júlio César França. *Política de saúde e formação profissional dos trabalhadores técnicos de enfermagem*. 2010. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, Nísia Trindade. *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MATTHEWS, Wade. Escolas de experiência: 1956, a New Left e “A formação da classe operária inglesa”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 1, p. 91-113, jan.-jun. 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto. In: MATTOS, Marcelo Badaró et al. (org.). *Relações laborais no mundo lusófono*. Lisboa: Colibri, 2014. p. 179-221.

_____. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

_____. REZENDE, Vinícius de. Apresentação. *Revista Mundos do Trabalho*. v. 5, n. 10, jul.-dez. 2013, p. 5-9.

MOROSINI, Marcia Valéria. *Educação e trabalho em disputa no SUS*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010.

_____. *Trabalhadores técnicos em saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2013.

MULLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz (org.). *E. P. Thompson, política e paixão*. Chapecó: Argos, 2012.

NEGRO, Antonio Luigi. E.P Thompson no Brasil: recepção e usos. *Revista Crítica Marxista*, n.39, p.151- 161,UNESP, São Paulo, 2014.

_____; GOMES, Flavio dos S. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

PAIM, Jairnilson. *O que é o SUS?* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PALMER, Bryan D. *Thompson, objeções e oposições*. Paz e Terra: São Paulo, 1994.

PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê. *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz– Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010.

RAMOS, Marise. *Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. 3 volumes.

_____. A história vista de baixo. In: _____. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.185-225.

_____. Educação e Experiência. in *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 p. 11-47.

_____. *Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

VIEIRA, Monica; DURÃO, Anna Violeta; LOPES, Márcia Raposo (org.). *Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos agentes comunitários de saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2011.